



# Anais da Assembleia

Nº 64

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 92ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1975 (SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Dácio Leonel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Uvan Ruppel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Mauricio Fruet, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ODEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 73/75, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 134/74, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei número 6, de 18 de fevereiro de 1959. Com parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto e rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para segunda-feira, dia 16, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da proposição nº 71/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Quielse Crisóstomo.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, e Werner Wanderer (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Mauricio Fruet, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos..

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário seja inserido em Ata dos trabalhos do dia, um voto de pesar pelo passamento do Sr. BÓRIS COIFMAN, ocorrido nesta Capital.

Outrossim, solicita seja dado conhecimento à família do extinto.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975

a) ENÉAS FARIA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em

Ata dos trabalhos de hoje, ovto de louvor à Legião da Boa Vontade - LBV - seção do Paraná - que completará depois de amanhã, dia 15 de junho - o vigésimo aniversário de fundação do núcleo nº 8 - sediado nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência por ofício, a esta entidade de fundo religioso e benemérito, cujos relevantes serviços à comunidade, através os anos, são testemunho vivo da operosidade de todos seus ilustres componentes.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

Diversas comemorações assinalarão amanhã, nesta Capital, o vigésimo aniversário do núcleo da LBV, sediada em Curitiba.

Na oportunidade, as solenidades serão presididas pelo Sr. Jaime Bertolin, Embaixador da LBV no sul do País. Deverão prestigiar as solenidades várias caravanas de ~~diversas cidades para~~ naenses e de Santa Catarina.

Criada em 1949 pelo jornalista Alziro Zarur, a Legião da Boa Vontade tem realizado extraordinário serviço social em nosso Estado, e, notadamente, em nossa Capital.

Em 20 anos a LBV curitibana atendeu 92.281 pessoas necessitadas de amparo, distribuindo cerca de 140 toneladas de gêneros alimentícios, mais de 45.000 refeições - cerca de 33000 peças de roupas, mais de 39.000 enxovais para crianças recém nascidas, além de 5671 latas de leite em pó e 12.100 unidades de medicamentos, tendo ainda realizado diversos outros importantes trabalhos, tais como instalação de creche - escola profissional - albergue e internamentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Participamos no último dia 10, da solenidade de entrega de títulos definitivos de propriedades de terras a cerca de 100 colonos, no município de Cândido de Abreu.

Desnecessário discorrer sobre a alta significação e alcance social da medida, que não só concedeu o direito a quem com esforço e trabalho árduo colonizou aquela região, como também proporcionou a indispensável tranquilidade e paz aos legítimos possuidores de terras.

Entretanto, é justo que se ressalte aqui o profícuo trabalho da Coordenadoria Regional do INCRA no Paraná, razão pela qual solicitamos a V. Exa. após ouvido o plenário, a consignação em Ata de um voto de congratulações ao Dr. Aroldo José Moletta, coordenador Regional do INCRA, e à sua equipe pela dedicação e eficiência com que se houveram para que fosse possível o acontecimento a que nos reportamos acima.

Solicitamos também que da decisão da Casa, dê-se ciência àquela Coordenadoria.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975.

a) DAVID FEDERMANN.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, Doutor Renato Johnson, solicitando a instalação de 1 (um) aparelho telefônico nos distritos de IVATÉ, SERRA DOS DOURADOS, PEROBAL e SANTA ELIZA, todos do município de Umuarama.

O pleiteado encontra justificativa no grande desenvolvi-

mento, dessas localidades, com escassíssimos meios de comunicação para caso urgentes de doença, acidentes, etc. Sendo o Estado do Paraná pioneiro no campo das telecomunicações, nada mais justo do que atender também aos anseios de progresso e segurança daquelas populações.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja enviado ofício ao ilustríssimo senhor Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, na sede do município de FLORAI, Comarca de Nova Esperança.

#### JUSTIFICATIVA:

A necessidade de instalação de uma agência de nosso estabelecimento oficial de crédito na sede do município de Florai, torna-se cada dia mais premente. O extraordinário desenvolvimento da agricultura, principalmente com o evento da mecanização verificado em Florai; que conta com uma população de 15.000 habitantes. A inexistência de agências bancárias, a não ser uma do banco particular, que, conforme notícias daquela comunidade, não preenche os requisitos necessários de atendimento aos agricultores; a distância que separa Florai da sede da Comarca Nova Esperança, local onde se encontram os órgãos financeiros, torna mais difícil ainda o acesso aos financiamentos. Urge, portanto, que uma agência do órgão oficial de crédito do nosso Estado, seja instalado na sede daquele município para se constituir em mais um elemento a impulsionar seu progresso.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975.

a) ANTONIO FACCI

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

SÚMULA: Dá nova redação ao item "b" do número "1" do § 2º do artigo 3º da Resolução nº 37/75.

Art. 1º - O item "b", número "1", do § 2º do art. 3º da Resolução nº 37/75, passa a ter a seguinte redação:

"Instruir os processos enviados pelo Diretor do Departamento de Pessoal, para apreciação e parecer do Gabinete de Assistência Técnica".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1975.

aa) PAULO CAMARGO

AGUINALDO PEREIRA LIMA

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto em pauta tem por objetivo corrigir uma falha existente na Resolução nº 37/75, uma vez que esta subtraiu uma atribuição definida e conferida no Decreto Legislativo 573/67 a um dos órgãos constantes da estrutura administrativa da Assembléia Legislativa.

## PROJETO DE LEI:

## PROJETO DE LEI Nº 73/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade da Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria o trecho de estrada que liga o distrito de Palmerinha ao distrito de Santa Maria, no município de Pitanga, passando pelo distrito de Campina do Simão, numa extensão de aproximadamente trinta (30) km.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1975.

a) ARAGÃO MATOS LEÃO

## JUSTIFICATIVA:

A medida preconizada por este plano de lei virá beneficiar uma região importante do nosso Estado. Pela sua prosperidade, ela ressurte-se da conservação e melhoria do referido trecho rodoviário, que servirá para o escoamento dos seus produtos agrícolas. A sua agricultura é altamente significativa e promete uma abundante produção de cereais que, certamente, proporcionará riqueza ao próprio Estado do Paraná. O seu desenvolvimento crescente a torna merecedora do benefício aqui pleiteado. Estes são os motivos que nos levam a apresentar esta proposição à apreciação dos nobres pares, esperando para a mesma apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aragão Matos Leão, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 07/74, que aprova os Termos do Acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de reconhecimento e aptidão agrícola com respectiva impressão de mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná. — **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos do acordo nº 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, em 08 de outubro de 1973, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento e Aptidão Agrícola, com a respectiva impressão de seus mapas nas áreas 2, 3, 4, 6 e 7, da Divisão Estadual do Paraná, adotada pela CERENA — Comissão de Recursos Naturais do Paraná, na escala de 1:300.000, de acordo com os padrões adotados pela Divisão de Pesquisa Pedológica do Ministério da Agricultura.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 14/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Paranaguá objetivando a construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 16/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL que integra o Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba. — **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de junho de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL, integrante do Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) OSVALDO MACEDO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 32/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio de 28/12/73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. — **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 12 de dezembro de 1974, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 33/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o município de VERÊ, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. – **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e o município de Verê, objetivando a construção na sede do referido município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 34/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas com o município de Telêmaco Borba, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, naquela comuna. – **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção na sede do referido município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 35/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Faxinal, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município. – **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, e o município de Faxinal, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 36/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo. – **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, objetivando seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 39/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos na Assistência à Deficientes físicos. – **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná, e a Associação Paranaense de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos destinados à assistência a deficientes físicos.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** – do Projeto de Resolução nº 40/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município. – **Aprovado.**

Redação Final DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BAZÍLIO ZANUSSO – Presidente
- a) OSVALDO MACEDO – Relator

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 166/72, que transfere à responsabilidade do DER, a estrada que liga os municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 166/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga o Município de Irati ao Município de Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão, até o início do quadro urbano do município de Inácio Martins.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
a) OSVALDO MACEDO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** do Projeto de Lei nº 52/74, que autoriza o Poder Executivo a construção de prédio destinado ao funcionamento do Ginário Estadual na sede do distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 52/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio Estadual na sede do distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta das dotações específicas consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
a) OSVALDO MACEDO - Relator

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 53/74, que autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Francisco Beltrão, e dá outras providências. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 53/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criada em regime de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão.

Art. 2º - A Fundação terá regulamento próprio, aprovado por Decreto do Governador, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - O patrimônio da Fundação será constituído:

- a) pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem expressamente destinados;
- b) pelos saldos dos exercícios financeiros; e

c) pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidades, Federal, Estadual e Particulares.

Art. 4º - A receita da Fundação será proveniente de:

- a) auxílios constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços, encargos, obras e equipamentos;
- b) auxílios e contribuição constantes do Orçamento da União e dos Orçamentos dos Municípios;
- c) taxas e emolumentos escolares;
- d) rendas patrimoniais;
- e) rendimentos de serviços prestados; e
- f) auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares, de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 5º - A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Curadores;
- b) Congregação;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Departamental; e
- e) Departamentos.

§ 1º - O Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros, nomeados pelo Governador, terá a função de aprovar o Orçamento Anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento.

§ 2º - A Congregação será constituída pelos Professores Catedráticos, Professores do Ensino Superior, Professores Interinos, Regentes de Cátedras vagas, representantes, dos demais Docentes e do Corpo Discente.

§ 3º - O Diretor será nomeado pelo Governador para cargo em comissão, com o mandato de 2 (dois) anos, dentre Professores em exercício, eleito em lista tríplice pela Congregação, podendo ser reconduzido 2 (duas) vezes.

§ 4º - O Conselho Departamental será composto pelos Chefes de Departamento e de representantes do corpo discente.

§ 5º - Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art. 6º - Os membros do Conselho de Curadores terão mandato de 6 (seis) anos, renovável 1/3 (um terço) de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 1º - O Conselho será nomeado pelo Governador, dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo 2 (dois) membros por 2 (dois) anos, 2 (dois) por 4 (quatro) anos e 2 (dois) por 6 (seis) anos.

§ 2º - As vagas serão preenchidas por nomeação do Governador, por membros indicados em lista tríplice pelos membros restantes do Conselho de Curadores.

Art. 7º - Fica fixado em 32 (trinta e dois) o número de matérias que constituirão os currículos mínimos dos cursos de:

Licenciatura em Ciências;  
Geografia;  
História;  
Letras; e

Licenciatura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Francisco Beltrão.

§ 1º - As matérias mencionadas neste artigo terão as seguintes denominações:

a) LICENCIATURA EM CIÊNCIAS:-

- 1 - Matemática
- 2 - Física
- 3 - Química
- 4 - Ciências Biológicas
- 5 - Elementos de Geografia
- 6 - Desenho

b) GEOGRAFIA

- 1 - Geografia Física
- 2 - Geografia Biológica
- 3 - Geografia Humana
- 4 - Geografia Regional

- 5 - Geografia do Brasil
- 6 - Cartografia
- 7 - Sociologia
- 8 - Antropologia Cultural.

c) HISTÓRIA

- 1 - História Antiga
- 2 - História Medieval
- 3 - História Moderna
- 4 - História Contemporânea
- 5 - História da América
- 6 - História do Brasil
- 7 - Sociologia
- 8 - História da Filosofia

d) LETRAS

- 1 - Língua Portuguesa
- 2 - Literatura Brasileira
- 3 - Literatura Portuguesa
- 4 - Língua Latina
- 5 - Linguística
- 6 - Língua Inglesa e Norte Americana
- 7 - Teoria da Literatura

e) LICENCIATURA

- 1 - Psicologia, Adolescência e Aprendizagem
- 2 - Elementos da Administração Escolar
- 3 - Didática e Prática de Ensino, sob forma de estágio supervisionado.

§ 2º - A seriação de matéria será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à homologação dos Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Art. 8º - Para regularizar o funcionamento da Faculdade de Filosofia, fica criado o Quadro Próprio da Fundação, composto:

- 1 (um) Diretor
- 32 (trinta e dois) Professores Catedráticos
- 32 (trinta e dois) Professores do Ensino Superior
- 32 (trinta e dois) Professores Instrutores
- 15 (quinze) Professores Assistentes
- 1 (um) Secretário
- 1 (um) Oficial Administrativo
- 1 (um) Arquivista
- 1 (um) Contador
- 1 (um) Bibliotecário
- 1 (um) Datilógrafo
- 2 (dois) Laboratoristas
- 2 (dois) Escriturários
- 1 (um) Inspetor de Alunos
- 1 (um) Almoxarife
- 2 (dois) Serventes.

§ 1º - A escolha do Secretário deverá recair em pessoas estranhas ao Quadro do Estabelecimento, e deverá ser portadora de título universitário.

§ 2º - Os níveis de vencimentos dos cargos criados pelo presente artigo, serão correspondentes às classes únicas ou iniciais das séries de Classes do Quadro Único do Poder Executivo, e, os Professores terão nível de vencimentos de ensino superior.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Educação e Cultura, um crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), destinado a cobrir despesas com a instalação da Faculdade, criada nesta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) OSVALDO MACEDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 112/74, que autori-

za o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello.

**Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 112/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Munhoz de Mello, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) OSVALDO MACEDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 137/74, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) rolo Compressor Muller Tanden ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes - DER. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 137/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) rolo compressor Muller Tanden, ano 1962, modelo RT-62 - série número 868 de 5 a 8 toneladas, com motor MWM, modelo KD-12-D, nº 6111 - 7-B - 30 HP - 1.800 RPM, de propriedade de Secretaria dos Transportes - Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) OSVALDO MACEDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 175/74, que autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a 20 por cento do maior salário-mínimo do Estado, os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 175/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - O Poder Executivo fixará os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito, em importância não excedente de 20 por cento do maior salário-mínimo vigente no Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
- a) OSVALDO MACEDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 181/74, que declara de Utilidade Pública, o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade de São Vicente de Paulo, da Cidade de Londrina. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 181/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o DEPARTAMENTO DIOCESANO DE OBRAS UNIDAS À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DE LONDRINA, com sede em Londrina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

a) OSVALDO MACEDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 14/75, que objetiva autorização para alienar os bens imóveis que especifica e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos de Arrecadação de Bens Jacentes sob nº 26-A/58, da Comarca de Rio Negro. - **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 14/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os seguintes imóveis arrecadados nos autos de Arrecadação de Bens Jacentes, sob nº 26-A/58, da Comarca de Rio Negro:

a Um terreno de caívas, com a área de 3 (três) alqueires confrontando-se com terras de José Soares de Oliveira, Afonso Seidel, Rio do Piên, Ildefonso Pires da Cruz, sito no lugar "Gramados", distrito de Piên;

b Um terreno de cultura, com área de 2 (dois) alqueires no lugar "Gramados", distrito de Piên, confrontando-se por três lados com terras de José Soares dos Santos, e por outro lado com Reinaldo de Oliveira Mendes;

c Um terreno de cultura, com a área de 3 (três) alqueires e vinte litros no lugar, "Letreiro", Distrito de Piên, confrontando-se com terras da Família Schroth e mais com quem de direito e herdeiros de Salvador Taborda de Lima, havido por compra de Bento Lourenço Cardoso;

d Um terreno de caívas com a área de 2 (dois) alqueires, sito no lugar denominado "Piên", confrontando-se com terras de Carlos Liebel, Francisco Spitzner e Miguel Peres;

e) - Um terreno de cultura com a área de 20 (vinte) litros denominado "Fernandes", no distrito de Piên, confrontando-se, por um lado com terras de Manoel Alves Procópio, por outro lado com Ricardo Seidel, e por dois lados com herdeiros de Paulo Hubel;

f) Um terreno de mato com a área de 20 (vinte) litros, no lugar denominado "Fernandes", no distrito de Piên, confrontando-se com terras de João Peres (herdeiros Sebastião Soares Martins e Carlos Liebel); e

g) Um terreno de cultura com a área de 4 (quatro) alqueires, sito no lugar denominado "Araçá", distrito de Piên confrontando-se com terras de Manoel Alves Procópio, Júlio Vieira da Silva, Miguel Sura e herdeiros de João Peckos.

Art. 2º As alienações de que trata a presente Lei serão precedidas de avaliação e concorrência pública.

Parágrafo único - Para a aplicação dos resultados dessas alienações, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 8.207, de 22 de novembro de 1945 (herança jacente).

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

a) OSVALDO MACEDO - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Boris Coifmam. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 41/75. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja instalada uma agência do referido banco do distrito de Ivaté, município de Umuarama. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", de autoria do jornalista Pedro Dantas sob o título "Sanções Políticas e Sanções Penais", pela importância e atualidade do tema analisado. - **Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, devidamente apoiado por diversos Srs. Deputados, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de informar sobre o andamento dos estudos que visam a descentralização administrativa, tão bem justificada no memorial que a Associação dos Engenheiros da RVPSC, dirigiu ao Presidente da RFFSA. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de ofícios aos Srs. Francisco Leite Chaves, Antonio Belinati, Álvaro Dias, Antonio Anibeli, Walber Guimarães, sugerindo-lhes o fornecimento de elementos para a elaboração e apresentação de projeto de lei para criação de órgão centralizador e coordenador de toda a sistemática de produção, comercialização, industrialização, exportação e importação de trigo. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instalado o curso científico no Ginásio de Ivaiporã. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja publicado mensalmente, inclusive lido no Expediente, até o dia cinco (5) de cada mês, a relação dos Srs. Deputados e a sua frequência durante o mês anterior, no Diário da Assembléia. - **Aprovado.**

A Mesa pergunta ao nobre Deputado se há possibilidade de ser publicada até o dia 5 a relação respectiva à frequência, durante o mês anterior, é o expediente que V. Exa. deseja?

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - (Pela ordem). A minha sugestão é que seja publicado no "Diário da Assembléia", até o dia 5 do mês seguinte, para nós controlarmos.

O SR. PRESIDENTE - O "Diário da Assembléia" publica todos os dias as faltas e as presenças dos Srs. Deputados e V. Exa. quer que sejam somadas...

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - Seja publicado no geral.

O SR. PRESIDENTE - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de mandar proceder a reforma ou construir em alvenaria, o prédio do grupo escolar Romário Martins, situado na sede do distrito de Aquidaban, município de Marialva. - **Aprovado.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seus bons ofícios junto ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de que não acione os mutuários de casas populares construídas neste Estado pelo programa do BNH, e refinanciadas pelo Banestado. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Segurança Pública para, perante esta Casa, explicar aos Srs. Deputados e ao Paraná, quais as providências que estão sendo tomadas no sentido de reprimir a violência policial no interior.

A Mesa esclarece que, depois de entendimentos, o autor do requerimento concordou que o Sr. Secretário fosse convocado a comparecer em nível de Comissão. Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

O Sr. Secretário de Segurança será convidado pela Comissão de Polícia, a comparecer a esta Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, cópias ou fotocópias dos documentos que traduzem as atitudes ilegais do Delegado de Polícia de Goierê. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de informar a esta Casa, se houve diminuição do índice de acidentes ocorridos com veículos motorizados, depois da entrada em vigor da Lei que exige exame psicotécnico para motoristas amadores e profissionais em nosso Estado. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no sentido de informar sobre possíveis irregularidades e a situação econômica-financeira da referida Universidade.

A Fundação da Universidade Estadual de Maringá, é uma entidade estatal. Quer parecer à Presidência que o requerimento deverá ser enviado por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura. Não sei se S. Exa., o autor do requerimento está de acordo.

O SR. VALTER PIETRANGELO - Perfeitamente. O que nos interessa são as informações.

O SR. PRESIDENTE - Sendo uma fundação estatal, acho que se pedirmos por intermédio da Secretaria, talvez fosse mais correto

(O) SR. VALTER PIETRANGELO - Este Deputado pensou que a Fundação da Universidade Estadual de Maringá fosse desvinculada da Secretaria de Educação.

O SR. PRESIDENTE - Se fosse desvinculada, a Assembléia não teria condições de pedir informações.

(O) SR. VALTER PIETRANGELO - Obrigado pelas informações.

O SR. PRESIDENTE - Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um aparelho telefônico nos distritos de Ivate, Serra dos Dourados, Perobal e Santa Eliza, no município de Umuarama. **Em discussão. - Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações, a Coordenadoria Regional do INCRA, no Paraná, pela dedicação e eficiência com que se houveram para que fosse possível a entrega de títulos definitivos de propriedade de terras a

400 colonos. **Em discussão. - Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando voto de louvor, a Legião da Boa Vontade - Seção do Paraná, pelo 20º aniversário de fundação do núcleo nº 8. - **Em discussão. Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do município de Florai, comarca de Nova Esperança.

**Em discussão. - Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, nós tomamos conhecimento de que o requerimento apresentado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo, S. Exa. o Sr. Secretário de Educação, já está procurando averiguar as possíveis irregularidades naquela Fundação. E tão logo tenha os dados necessários pretende S. Exa. encaminhar para informação à Casa. Por isso, nós votaremos contrariamente ao pedido de informações. Porquanto nós vemos prejudicado, tendo em vista que S. Exa. o Sr. Secretário já deve estar tomando as providências a fim de averiguar possíveis irregularidades havidas naquela Fundação.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

- **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - Deferido.

- (É feita a verificação).

17 Srs. Deputados aprovam.

3 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 3ª DISCUSSÃO - dos projetos de Resolução nº 17/75, e de Lei nºs 2/75 e 45/75.

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 19/75.

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 21/75, e de Lei nºs 67/71, 193/74 e 11/75.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO WALDENÍCIO BARBALHO, EM SESSÃO DE 13 DE JUNHO DE 1975.**

#### "SANÇÕES POLÍTICAS E SANÇÕES PENAIS"

Pedro Dantas.

Desde que assumiu o Governo e se instituiu como poder a Revolução de 64 vacilou, a princípio e recusou-se em seguida, a DISTINGUIR, no sistema de sanções que lhe cumpria adotar, o EXCLUSIVAMENTE POLÍTICO DO PROPRIAMENTE PENAL. FOI UM DOS ERROS MAIS GRAVES EM QUE INCORREU.

Se não o tivesse cometido, não lhe seria difícil distinguir também, nas restrições impostas ao exercício do Poder Judiciário, os casos a retirar ao âmbito da sua apreciação. Deveriam eles limitar-se as sanções políticas; estas é que emanam de atos soberanos do poder revolucionário, indiscutíveis, por natureza, e também por natureza, insuscetíveis de apreciação judicial.

A razão é simples, as sanções políticas decorrem da mudança da ordem vigente no País. Elas incidem sobre condutas contrá-



rias a ordem vigente que não eram cintrárias ou não eram "tão" contrárias à ordem substituída; é o que explica a frequente transformação havendo mutação do regime - de CRIMINOSOS EM MÁRTIRES E HERÓIS ou de BENEMÉRITOS EM REPROBOS E TRAIDORES.

Não é preciso sequer invocar Tiradentes. Se os perseguidos processados e condenados de ontem hoje assumissem o poder, "criminosos" passarão a ser aqueles que os perseguiram, processaram e condenaram o que vale dizer que a conduta "criminososa", passível de pena, terá mudado de sentido, por força da mudança de situação.

Não assim as condutas criminosas propriamente ditas, as que eram e continuam a ser ilícitas e sujeitas a sanções penais, seja qual for o regime político vigente. Para essas, não há necessidade alguma de mudança da ordem vigente, a fim de que sofram as sanções da lei.

Não há, pois, que modificar o tratamento legal que lhes é dispensado. Sob o regime político "a" ou sob regime político "b", o assassino é assassino, o chantagista é chantagista, o ladrão é ladrão. Reprimir estes crimes, processar seus autores, aplicar-lhes as sanções da lei, NÃO É ATO DISCRICIONÁRIO E POLÍTICO DO GOVERNO, NÃO É DECISÃO QUE SE ADOTE DE PLENO E POR DECRETO: é simplesmente o exercício do PODER NORMAL DO ESTADO, em suas atribuições administrativas e sua função jurisdicional. Seu procedimento, neste caso, obedece a normas que não têm por que variar, de um regime para outro. Quando variam, isso acontece sob as mesmas condições e pela mesma forma que regem as variações ocorridas sob o mesmo regime.

Tais procedimentos, não devem, pois, ser abrangidos pelo mandamento institucional que exclua as sanções políticas da apreciação da legalidade pelo Judiciário. As sanções políticas, essas, é evidente que o Judiciário não pode apreciar. ELAS SÃO APLICADAS POR ATO DE IMPÉRIO, QUE PRESCINDE DE FUNDAMENTO LEGAL, BASTANDO-LHE O FUNDAMENTO POLÍTICO. É óbvio que do ponto de vista da legalidade, ilegal seria a própria conquista do poder. NOS CASOS EXTREMOS, O PRÓPRIO JUDICIÁRIO SE DÁ CONTA DISSO E NÃO METE A MÃO EM CUMBUCA. Foi por exemplo, o que aconteceu no caso do "habeas corpus" e do mandato de segurança impetrados em favor do Presidente Café Filho, quando não foi preciso. Ato Institucional nenhum para que o Supremo se demitisse do dever de conceder as ordens impetradas, o que não poderia fazer, em termos de estrita observância da Lei. Prevaleceu, entretanto, a clara visão político-jurídica do ministro Nelson Hungria, notável magistrado e jurista, cujo voto impecável pode ser resumido na tese que DECLARA A INEXISTÊNCIA DO REMÉDIO JUDICIAL CONTRA CANHÕES E CARROS DE ASSALTO. É a própria evidência.

Assim, quando os atos institucionais editados pelos governos revolucionários - mais propriamente pelo comando da Revolução - excluem da apreciação judicial as medidas e sanções políticas que aplicam como "EXPRESSÃO REVOLUCIONÁRIA", para instituir e consolidar no País uma ordem político-social que não é a continuação da que a antecedeu, mas, pelo contrário, representa uma ruptura com a mesma, o preceito Institucional é meramente declaratório de uma situação de fato, e, a rigor, seria desnecessário - como foi o caso Café Filho. O dispositivo, que estatui, entre nós, aquela área vedada à apreciação judicial e simplesmente expletivo, e tem por efeito mais importante o de poupar ao Judiciário a iniciativa de abster-se por auto-contenção, que poderia parecer, aos menos avisados, uma demissão descabida e uma falta de exaço, quando não o é. O ato de comando elimina esta dúvida.

Não é legítimo, entretanto, nem é lícito ao próprio comando, insinuar gato por lebre, na classificação dos seus atos políticos de império, inculcando entre os mesmos, as sanções que

não passam da órbita normal das atribuições de governo, em suas funções rotineiras.

A estas, não há por que excluir nem do sistema legal que as rege, nem da apreciação judicial referente à observância da legalidade - o que dveria ter sido ressalvado nos Atos Institucionais".

#### COMISSÃO DE FINANÇAS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Lúcio Machado, Gabriel Manoel e Muggiati Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata de reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 140/74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thoamzoni, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal correspondente a um salário mínimo da Capital, a Júlia de Freitas Rocha, viúva de ex-servidor estadual. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 147/74, de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar, cursos de 1º e 2º graus, em Santa Cruz, município de Catanduvas. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 01/75, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 08/75, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para auxiliar a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, no atendimento de despesas com construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável. - Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 39/75, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, na cidade de Medianeira. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável. - Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 155/74, aprovando termo de convênio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Governo do Estado do Paraná, e a Associação Paranaense de Reabilitação, para aplicação de recursos destinados à Assistência a Deficientes físicos. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão e para constar, eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - Presidente  
Terezinha B. de Moura e Claro - Secretária

#### COMISSÃO ESPECIAL DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, reuniram-se os Srs. Deputados Accioly Netto, Ivo Thomazoni, Luiz Roberto Soares, Waldenício Barbalho e Valter Pietrângelo, indicados pela Arena e MDB respectivamente, para comporem a Comissão Especial de Emenda à Constituição; de acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, dando por instalada a referida Comissão. A seguir, realizou-se a eleição e verificada a votação,

constatou-se maioria de votos aos Srs. Deputados Accioly Netto e Waldenício Barbalho para Presidência e Vice-Presidência respectivamente, Assumindo o cargo para o qual fora eleito o Sr. Presidente agradeceu a deferência de seus nobres Pares, em seguida indicou como Relator Geral da matéria o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. E para constar lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim Secretário e demais membros, para que produza os efeitos legais.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente  
WALDENÍCIO BARBALHO – Vice-Presidente  
LUIZ ROBERTO SOARES – Relator  
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS – Secretário  
IVO THOMAZONI – Membro  
VALTER PIETRÂNGELO – Membro.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

Art. 1º – designar GLACI BELICH, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

Art. 1º – designar IHOR BARANHUK, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 380/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

designar JOÃO ALBERTI ANDRETTA, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotado na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Saúde Pública, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 381/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

designar ALCEU ALVES PASSOS, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotado na Divisão de Comissões do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Polícia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 382/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

designar MARIA APARECIDA RO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotada na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretária da Comissão de Instrução Pública percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação. a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 383/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

designar MARLENE COUTO DE CRISTO, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotada na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretária da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 384/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### R E S O L V E:

designar ELZA CARNEIRO CAMARGO, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotada na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretária da Comissão de Recursos Humanos, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário  
MAURICIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 385/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

designar AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotado na Divisão de Comissões do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Terras, Colonização e Imigração, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 386/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E**

designar RITA CELESTINO SOARES, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, lotada na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Constituição e Justiça, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 387/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

designar TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, lotada na Divisão de Comissões, do Departamento Legislativo, da Secretaria desta Assembléia, para exercer a função de Secretário da Comissão de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo efetivo da mesma denominação, a partir de 1º de junho de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 388/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

CONSIDERANDO que a estrutura administrativa da Casa, atualmente, regida pelas disposições do Decreto Legislativo (Lei Delegada) nº 573/67, de 29 de novembro de 1967, se acha completamente desatualizada, em face do crescimento e complexidade das atribuições cometida à Secretaria;

CONSIDERANDO que, o âmbito do Governo Federal e do Governo Estadual, impôs-se uma reformulação orgânica de profundidade, com alterações de tal ordem que, de uma forma ou outra, embora ainda em fase de implantação, produzem repercussões no âmbito do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO deliberação que adotou em reunião de 29 de abril de 1975,

**R E S O L V E:**

designar os Srs. JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, Diretor Geral da Secretaria, RUBENS PADILHA MENDES, Diretor do Gabinete de Assistência Técnica, CLOVIS STADLER DE SOUZA, Diretor do Departamento Administrativo, ALBERTO CARAZZAI NETO, Diretor do Departamento Legislativo, AIMORÉ ROCHA, Diretor do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, JOSÉ JOAQUIM, Diretor do Departamento de Divulgação e Relações Públicas, DARIO FORTUNATO DA RIF, Chefe da Divisão de Assistência Técnico-Administrativa, do G.A.T.; e JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, Chefe da Divisão de Pessoal, do D.F.C.P., para, em comissão, sob a presidência do primeiro e coordenação geral do segundo dos designados, promoverem estudos sobre a reforma administrativa e reformulação dos serviços técnicos e burocráticos da Assembléia Legislativa, para serem submetidos à consideração da Comissão Executiva no prazo de sessenta (60) dias.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 390/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3179/75, de 9 de abril de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E**

mandar retificar o nome de NEVINHA PIAZZA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL "20", da série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para NEVINHA MARIA CARDOSO, nos termos do Art. 240, do Código Civil Brasileiro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 389/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Decreto nº 619, de 05 de junho de 1975, publicado no Diário Oficial nº 66, de 09 de junho de 1975,

**R E S O L V E**

tornar insubsistentes os efeitos do Decreto Legislativo nº 376, de 30 de maio de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente  
a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário  
a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 391/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.334/75, de 20 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 399/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4.220/75, de 05 de maio de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dois (02) anos de licença para o trato de interesses particulares, nos termos do Art. 240, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 02 de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 400/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4.418/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três meses (3) de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, vencido em 7 de janeiro de 1974, a partir de 09 de junho de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 401/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 890/75, de 6 de fevereiro de 1975, deste Poder,

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, a partir de 06 de março de 1975, data em que completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 402/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.728/75, de 2 de abril de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CLOVIS STADLER DE SOUZA, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1974, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 30 de abril de 1970 e 30 de agosto de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1969, 1970, 1971, e 1972, contadas em dobro; e,

III – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei, a partir de 17 de fevereiro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 403/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4.735/75, de 14 de maio de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

I – dispensar, ERNESTO PERACETA, das funções de Motorista, da Liderança do MDB;

II – designar, JOSÉ ROSA FILHO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista, percebendo a gratificação de função, símbolo F-5, na Liderança do MDB.